

REVISTA

**Cadernos de Educação**

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | DOSSIÊ

**O aquilombamento como táticas de resistência contra o epistemicídio: as pessoas pensantes mulheres poetas do sistema educativo**

Aquilombamento as a táticas of resistance against epistemicide: The *peoplethinking* women poets in the Educational System)  
*Aquilombamento como táticas de resistencia contra la epistemicida: Las personas pensantes mujeres poetas en el Sistema Educativo*

Rosângela Hilário  
Ronald Lopes  
Vinícius de Souza

**RESUMO**

O objetivo do texto é refletir sobre como as desigualdades sociais e o racismo afetam as trajetórias de jovens no sistema socioeducativo feminino. Metodologias empretecidas foram usadas para mapear as violências no processo de escolarização no sistema socioeducativo, incluindo diálogos e escrituras mediadas por escribas qualificados e pelas próprias jovens. A leitura de Carolina de Jesus em "Quarto de Despejo" contribuiu para transformar as perspectivas daquelas jovens do sistema socioeducativo. As conclusões preliminares sugerem que essa abordagem empoderou as reeducandas, tornando-as protagonistas de suas próprias histórias.

**Palavras-chave:** escrituras, empoderamento, reeducandas, protagonistas, desigualdades sociais

**ABSTRACT**

The objective of the text is how social inequalities and racism affect the trajectories of young people in the female socio-educational system. Used methodologies were used to map violence in the schooling process in the socio-educational system, including dialogues and writing mediated by qualified scribes and by the young women themselves. Carolina de Jesus's reading of "Quarto de Despejo" contributed to transforming the perspectives of those young women in the socio-educational system. Preliminary conclusions suggest that this approach empowered the re-educated women, making them protagonists of their own stories.

**Keywords:** writing, empowerment, re-education

## RESUMEN

El objetivo del texto es cómo las desigualdades sociales y el racismo afectan las trayectorias de las jóvenes en el sistema socioeducativo femenino. Se utilizaron metodologías utilizadas para mapear la violencia en el proceso de escolarización en el sistema socioeducativo, incluyendo diálogos y escrituras mediadas por escribanos calificados y por las propias jóvenes. La lectura de Carolina de Jesús del "Cuarto de Despejo" contribuyó a transformar las perspectivas de aquellas jóvenes en el sistema socioeducativo. Las conclusiones preliminares sugieren que este enfoque empoderó a las mujeres reeducadas, convirtiéndolas en protagonistas de sus propias historias.

**Palabras-clave:** escritura, empoderamiento, reeducación

## O lugar em que falamos, o que falamos e porque falamos: palavras introdutórias sobre o ano em que morremos e como ressuscitamos

Para nós, *pessoapesquisadoras* das epistemologias pretas, é sempre muito difícil e catártico sintetizar em poucas palavras uma ação que nos (re)conectou a um passado de dor e ausência. Buscamos sempre referenciar nossos textos a partir da arte por meio de poesias e músicas. Por isso, para traduzir essa pesquisa - ação no sistema feminino socioeducativo – utilizamos os versos da música de Belchior: durante os anos em que a pandemia nos roubou esperanças e energia, nós morremos muitas vezes.

Mas, talvez a que tenha marcado, de maneira até a modificar a percepção sobre um fenômeno, foi sem dúvida o trabalho feito com jovens mulheres “apreendidas” em função de um ato infracional. Naquele ambiente com aquelas sujeitas articulamos a teoria que conhecíamos e mais se aproximava das intenções que tínhamos (dororidade, epistemicídio, aquilombamento e escrevivências) a uma ação prática que o ativismo impõe ao nosso grupo de pesquisa: colocamos para dialogar com Carolina de Jesus, *pessoapesquisadoras* dos temas da educação e *pessoapensantes* em

privação de liberdade.

O fio condutor foi o livro “Quarto de Despejo” que narra em primeira pessoa (a escritora Carolina de Jesus) a partir da percepção de como a cor da pele marca e impacta a existência, bem como, a necessidade de retornarmos aos fundamentos da filosofia africana para reinventarmos nossas vivências. Assim, as aldeias do continente africano, antes da invasão dos europeus, são análogas às portas das favelas que ficam abertas para que as pessoas possam se chegar para externar suas necessidades e/ou se colocar à disposição. A solidariedade na favela é pressuposta para a sobrevivência e o cuidado.

Era desta camaradagem que as jovens mulheres de 14 a 16 anos sentiam mais falta: ao entrar no “sistema socioeducativo” foram informadas que não poderiam compartilhar nada. Não poderiam ser amigas. Não poderiam se apoiar. Não eram nem pessoas. Uma defensora pública que deveria lhes dar assistência afirmou que as jovens tinham perdido o direito aos “privilégios da juventude” ao adentrar naquele local. Entretanto, o que o SINASE apresenta é que a medida socioeducativa deve inspirar nas *pessoaspensantes* daquele espaço, meios e medidas de se ressocializar e se reintegrar à sua condição de jovens. A medida socioeducativa não é sentença perpétua, ou não deveria ser.

Tendo feito essa introdução, justificamos a escrita de um texto para além da academia em primeira pessoa em função da dororidade que nos uniu a todas aquelas 10 jovens e que é comum as mulheres pretas que sustentam a base da pirâmide socioeconômica com sua presença, suor e trabalho. As nossas implicações residem no fato de que elas são invisibilizadas nos espaços de afeto, decisão e poder. Naquele espaço elas são só iniciais e números (do correspondente ao código penal do ato infracional que cometeram). Perderam o direito à identidade. São só dor em formato de gente. A dor das ausências, solidão e de ser preterida para os afetos, para o trabalho, para as brincadeiras na escola, na dança da quadrilha que animam e fazem brilhar as *pessoaspensantes* periféricas na Festa da Flor do Maracujá e nas exposições agropecuárias. A dor de ter envergonhado a mãe, por vezes, sua única família. De não ser suficiente. De não ser “padrão”. Existe padrão de ser humano? Quem decide? Dororidade é conceito que a mulher preta entende e vive. Naquele ambiente foi tradutor fiel do conhecimento produzido com/pelas jovens.

Servimo-nos do modo de escrever desenvolvido por Vilma Piedade para justificar a escolha de escrever em primeira pessoa do plural: tem a ver com as “escrivivências” de sermos *pessoaspesquisadoras* em processos de (re)organização e (re)existência em um espaço que não reconhece e invalida o conhecimento que produzimos. Quase tudo o que nos foi ensinado tem que ser reestruturado para atender a urgência das pautas que defendemos. A academia não se ocupa e nem tem interesse. Produzimos no pretuguês defendido por Lélia Gonzalez para que nossas reflexões atinjam o maior número possível de pessoas. O texto não anuncia obviedades e “não fala baixo e compassado”, como ditam as normas da metodologia científica. Grita as dores e injustiças de não reconhecimento de nossa humanidade.

Temos o dever de sinalizar para o fato de que as *pessoaspesquisadoras* que lerem esse texto buscando a tal da “objetividade” e “neutralidade científica” defendida pelo sujeito universal precisa buscar em outros textos – padrão – muito do mesmo. Esse estudo tem cor, tem dor e tem cheiro; cor preta, a dor da exclusão e o cheiro da reparação que tardou a chegar, mas, está em processo.

Não por acaso, ele é organizado na primeira pessoa do plural: é uma reflexão coletiva sobre um projeto desenvolvido em uma unidade do sistema socioeducativo durante os tristes meses em que a pandemia nos roubava sonhos, dias, esperança e perspectiva de futuro. Se já era ruim as pessoas que tinham pelo menos o conforto de estarem com seus afetos, não é difícil intuir como se sentiam as dez jovens mantidas “apreendidas” por terem cometido um ato infracional que lhes roubou para sempre o direito de ser jovem. Seus cotidianos vendidos em programas vespertinos de televisão: estudar, fazer amigos, experimentar, errar as vezes e encontrar mãos estendidas dispostas ao acolhimento e ao recálculo de rotas.

As jovens sempre tiveram um “defeito de cor” que as obriga a pular etapas, assumir responsabilidades e fazer escolhas que ninguém referenciou para elas. Não fazem parte da “juventude malhação” para quem a cada tropeço, diversas mãos se estendem para amparar e evitar a queda: são pretas, pobres e a maioria delas foi educada como foi possível. Não havia “pai-herói” para acolher quando o choro chegou e inundou cadernos, lençóis e camisetas. As mães não tiveram tempo para a camaradagem, para a troca de

segredos e questionamentos porque estavam sempre buscando a sobrevivência ou cansada demais para sobreviver às dificuldades em um Estado que não reconhece e/ou cumpre com suas responsabilidades com os mais vulneráveis: falta pão, lazer e afeto.

A reparação chegou por meio do entendimento que Emicida traduziu em uma canção para ratificar a necessidade de aquilombamento em como o epistemicídio tem afetado nossa juventude negra: “tudo que nós tem é nois”. Nas escolas, nas universidades nas quais a juventude negra chegou por meio das políticas de reparação histórica (cotas) nos cargos e funções de prestígio (ainda sobre protestos de quem não quer renunciar a privilégios) e nas tragédias, nas favelas e nas instituições de encarceramento dos sonhos da juventude negra: o sistema socioeducativo e carcerário. Tem sido urgente que a sociedade brasileira compreenda as marcas profundas que a maneira como o racismo foi criado e que até hoje fortalece mitos que precisam ser desconstruídos. O mais perverso entre todos que afetam os descendentes de pessoas escravizadas é o mito da democracia racial que mascara estatística e produz desculpas que não fazem cessar a dor provocada pelas ausências do racismo.

A imposição de uma ideologia de “democracia racial” que mascara a verdadeira discriminação e a dominação colonial dos negros, como no Brasil, na Colômbia e na Venezuela. Dificilmente alguém pode reconhecer com seriedade uma verdadeira cidadania da população de origem africana nesses países, ainda que as tensões e conflitos raciais não sejam tão violentos e explícitos como na África do Sul ou no sul dos Estados Unidos (QUIJANO, 2005, p. 136)

### **As juventudes que resistem ao apagamento: narrativas sobre a juventude preta, pobre e periférica**

Os últimos seis anos foram anos de dificuldades e incertezas para as juventudes pobres, pretas e periféricas: incertezas quanto às vivências, experiências e cotidianos. Foram anos em que o racismo, o sexismo, o ódio a qualquer manifestação que não estivesse relacionada às normas e regras rígidas do sujeito universal foram perseguidas, desacreditadas e, por vezes,

jogadas na vala comum dos ignorantes: o conceito de meritocracia desconectado de oportunidades no percurso constituinte.

Moscovici (1978) criou o conceito de representações sociais reafirmando o fato de que o percurso desenvolvido no processo de tornar-se pessoa articula as teorias religiosas, filosóficas e científicas que orientam o olhar das pessoas sobre o fenômeno a partir do lugar em que se constitui. No percurso empreendido para o desenvolvimento desta pesquisa ficou evidenciado que as representações sobre as juventudes, em comunidades para além dos grandes centros urbanos, são organizadas de acordo com a conveniência ou possibilidades de forjar a resistência a partir da arte, do esporte e/ou da religião de matriz africana. Aquilombar-se é a única maneira destas juventudes resistirem ao apagamento e/ou genocídio.

Quem faz parte destas juventudes para além da juventude universal espelhada no programa de televisão *Malhação*? A juventude pobre, preta e periférica, a juventude lgbtqiapa+, com deficiência, a juventude de minorias étnicas, as pessoas fora do padrão “*instagramável*”: branca, cristã, cisheteronormativo com tempo e dinheiro para viver crise existencial. São *peçoaspensantes* que em sua maioria precisam constituir um plano para avançar um pouquinho em direção ao topo da pirâmide e sobreviver ao racismo, ao sexismo, a lgbtofobia, ao machismo, a fome e ao genocídio.

São juventudes buscando resistir ao sistema que faz com que jovens pretas retintas sejam objetificadas e ainda tenham de agradecer o fato de terem os cabelos tocados, os desejos coibidos e os sonhos apequenados. Como escreveu Lélia Gonzalez nos anos de 1980: são convidadas para festas que não podem interagir fora do papel social que lhes foi determinado. Se forem não retintas, a “*boazuda*” para ser objetificada e desejada nas sombras, escondido. Se for “*retinta*” o trabalho pesado que ninguém quer fazer, para o preterimento (sim preterir é palavra criada para externar a dor de não ser escolhida. Para a mulher preta). As meninas pretas, em uma sociedade racista, são “ensinadas” desde cedo no sistema de representações sociais a qual “lugar” são destinadas: de subalternidade e apagamento. São convidadas para a festa que é ser jovem para servir e entreter aos convidados e não usufruir da festa.

Lélia Gonzalez traça um paralelo entre uma festa para a qual pessoas pretas (e vamos usar jovens para esse texto) são convidadas, mas, não devem abusar da hospitalidade: não devem falar, serem notadas, ocupar espaços para além dos demarcados pelos donos da festa, para que não causem incômodo ou desconforto. Não devem usar a palavra para reivindicar direitos e nem para reclamar dos privilégios que “a juventude dourada” herdeira do “homem universal” tem. Não deve reivindicar a rebeldia e a coragem que deve ser nutrida e estimulada nas juventudes como a força propulsora para mudanças radicais que permitam incluir mais pessoas em processos de cidadania plena.

Para entrar na festa de acordo com as regras criadas para a juventude universal é necessário ser branco. Do contrário, qualquer tropeço será fatal para a reputação. E, não: não se quer aqui minimizar atos infracionais. Eles provocam assimetria na convivência e precisam ser regulados e combatidos em nome do processo civilizatório. O que se questiona em relação aos processos socioeducativos são as diferenças de tratamento de acordo com a cor da pele. Quando o adolescente é branco e oriundo de famílias abastadas nem chega a ir para o sistema: a família se responsabiliza, os programas bizarros de televisão que exploram a criminalidade erguem uma rede de proteção e advogados criam estratégias para que a pessoa jovem e branca seja protegida. Até a maneira de lidar com a notícia e tratamento da equipe que faz o atendimento, muda: não é infrator. É um jovem que em função de más companhias, revoltou-se por um mau momento familiar ou rebeldia “normal”, cometeu um erro.

Já as jovens negras em processo de privação/restrrição de liberdade por um ato infracional são tratados pela sociedade brasileira como se tivessem perdido seu direito ao tempo de aprender a viver e conviver com seus pares: o coro que conta com uma imensa maioria de “especialistas do senso comum” se incumbem de disseminar a “máxima” de que as prerrogativas de proteção à infância e adolescência contida no SINASE, no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA/ Lei 8.609/1990) são “boas para Suíça”, “protegem bandidos em formação” e é “responsável pelo aumento escandaloso de criminalidade juvenil”. Assim, desconsiderando as desigualdades sociais, as ausências do Estado brasileiro e que falharam com esse jovem no âmbito da família, da



escola, das políticas públicas e, em última análise, de todo o sistema de proteção, vitimiza e responsabiliza mais uma vez quem já não tem nada e nunca recebeu nem o básico: um teto sobre a cabeça, acesso a escola, comida para matar a fome, esportes e lazer para alimentar corpo e espírito, um sistema de saúde para tratar as dores de corpo e as feridas na alma e proteção/apoio para usar o erro como tática pedagógica.

O professor Leandro Missiatto (2021) nos alerta para o fato de que esses atravessamentos são um artefato da branquidade e da colonialidade contemporânea que reitera o ir e vir de pessoas negras e/ou pretas no Brasil. Sobre essas condições e delimitações é possível inferir que, o próprio espaço do judiciário e o sistema de normatização das leis, fortemente marcado por uma compreensão estruturada no racismo, tendo em vista essas prerrogativas em primeiro lugar

Nesse caminho é possível inferir, ainda, que a localização que o racismo impetra nos corpos marginalizados pelo sistema da colonialidade brasileira, se instaura desde a ideia que se faz sobre criminalidade, até a compreensão do que é paz para a sociedade e do que é bem-estar social, que como bem sabe-se não comovem tanto quanto o genocídio da juventude negra nos espaços não alcançados pela suspensão do Estado (HOOKS, 2013).

Assim, o sistema socioeducativo, tal e qual se apresenta, é como descrito na leitura da ativista e filósofa Ângela Davis (2018) “(...) uma existência tão carente pode ser ignorada e negligenciada, ou extinta com a impunidade, precisamente porque é a lei que a torna dispensável”, desta feita retirar esses corpos jovens de nossas vistas e alimentá-los de comida que não comeríamos, e de sentimentos que não gostaríamos ver cultivados em afetos, parece ser a síntese da pedagogia carcerária para pessoas recém-aportadas na vida.

### **Tudo que “nóis tem é nóis”: quem são as *peçoaspensantes* tocadas pela literatura de Carolina de Jesus mediada por *peçoaspesquisadoras* em Porto Velho-RO**

Um aspecto que nos parece importante ao compartilhar essas reflexões é que a pobreza neste país tem cor: preta. Praticamente a totalidade das jovens no sistema são pretas e grande parte dos adolescentes cumprindo medida socioeducativa vieram dos becos e favelas não acessados pelo poder



público. Já nasceram estigmatizados por uma ausência de direitos iniciados em 14 de maio de 1888, no período do pós-Abolição sem planejamento para absorção em processos produtivos que permitissem às pessoas negras viverem com dignidade.

A arte sensibiliza e faz com que possamos vivenciar e sentir os fenômenos sem que precisemos sofrer com eles: por meio da estética, da sensibilidade, da fruição e da educação dos sentidos é possível ser tocado para contribuir nas mudanças que trazem entendimento para avanços sociais importantes.

Não é segredo a ninguém que os ideais da revolução francesa: igualdade de oportunidades, fraternidade com a diferença e liberdade para fazer escolhas pautadas nos interesses individuais para contribuir em avanços coletivos não são a realidade das periferias das cidades, despossuídas de equipamentos e propostas voltadas para a organização e compartilhamento do conhecimento para além dos compêndios didáticos e com intuito de fomentar criatividade e novas produções.

A produção original da Academia se perde em ausências que não permitem que ultrapassem os limites geográfico e social ocasionado pelo apartheid epistemológico, social e racial. A poesia, a música, os textos cênicos e interpretações organizados em torno das ausências, urgências e emergências só se tornam conhecidas quando, por golpe de sorte literalmente, se tornam conhecidos pelas pessoas e instituições que podem lhes proporcionar status para reconhecimento.

Neste momento, muitos inclusive, perdem suas características de arte com as marcas periféricas para se tornar mais “vendável” e “palatável” aos ambientes “artísticos”. Neste vácuo, entre a ação manifesto e a intenção de realizar é que aconteceu a ação no sistema socioeducativo;

Proposta inicialmente como um processo de formação continuada de professoras que permitisse que a literatura de escritores pretos e pretas, a poesia marginal, o teatro de Solano Trindade e a música da Mel Duarte, Racionais MCs, Eliseu Braga, entrasse no sagrado espaço das salas de aula e transbordassem em novos acessos para os invisibilizados pela condição social. Mas, a potência criativa da juventude periférica foi ampliando o alcance e plenificando intenções durante a realização dos “Diálogos Carolianos”, de

setembro a novembro de 2020. O resultado foi intenso, visceral e modificou não só rotinas das adolescentes (da Unidade Feminina de Porto Velho), mas trouxe esperanças e sentido de pertença a uma nova categoria de vivência: das pessoas que acreditam no poder da leitura para educar almas.

Ao se ver representado no texto e na escritora que era a provocação central para a ação, além da representação do texto em múltiplas linguagens (slam, poesia, música, teatro por meio da participação mais que especial da atriz Dirce Thomaz, intérprete de Carolina de Jesus em uma peça homônima), as jovens do sistema socioeducativo entenderam que suas/nossa ancestralidade estavam presentes na organização econômica e social brasileira para além da escravidão de fato e aquela a qual seguimos acorrentadas após 1888: da subalternidade e da invisibilidade. A presença de *pessoaspesquisadoras*, em grande medida pessoas negras e desobedientes da norma de gênero, fortaleceu autoestima e desejo de emancipação da leitura do mundo.

As jovens que nem queriam participar de início choraram na finalização do trabalho em novembro de 2021 e compartilharam textos em múltiplas linguagens que emocionaram a todas as pessoas presentes. E, em nosso entendimento, o maior avanço conquistado além do interesse pela leitura (conseguimos formar um kit literário para cada uma com clássicos da literatura, romances, literatura de banca de jornal, infanto juvenil e revistas que foram doadas por um editor da cidade): pelo menos duas jovens se tornaram leitoras compulsivas lendo até os livros incompletos da biblioteca do espaço de convivência delas. Aliás, foram essas duas que nos chamaram atenção para o fato de que alguns (muitos) livros estavam faltando páginas.

Tendo feito estes diálogos, estando essas jovens sendo as protagonistas dos escritos e das experiências dedilhadas em cada palavra, a questão que surge mediante a normatização dos corpos pretos e seu epistemicídio dialógico que acarreta no assujeitamento dessas pessoas aos padrões da colonialidade normativa, percebe-se que a ascensão à fala e ao encontro de suas identidades é a ponte que interliga o nós que se afunila em cada situação.

Ser nós é, em tempos que o negacionismo e o fascismo, mascarado de uma compreensão sagrada, estar ligado aos aspectos identitários que nos

fortalecem, isso porque o Atlântico, ainda que tenha tirado muito de nossos fôlegos em matéria, não apagou a nossa compreensão da existência regida por nossas ancestralidades. A Mc Bixarte, mulher travesti, pesquisadora e cantora, em sua música “Carta de Advertência” delimita muito bem o que esses atravessamentos enxertam nas mulheres pretas da sociedade brasileira, e de todas aquelas que não estão e nem estarão na centralidade da norma, mas na palavra cantora é importante lembrar que “[...] Exú me deu, ninguém vai tomar, não importa o caminho eu sei que eu vou chegar.” (BIXARTE, 2023, s/p).

O movimento de aquilombar-se, principalmente com os nossos, que foram rejeitados pelos Outros, aqueles que não se enxergam pela Outridade, mas somente por meio da Alteridade, que se mostram em suas faces no intuito de se aproximar, mas nos subverte para cabermos em suas tão reduzidas definições, é um dos momentos mais importantes na vida de mulheres negras que desde cedo são atravessadas pelas margens das categorias de opressão, que ranger os dentes todos os dias para adequarem aos espaços de longitude da existência, e nega o direito a vida e a condição digna de vida.

### **“Tudo que a gente tem é nós”: cuidemos uns dos outros**

Acreditamos que as trocas realizadas durante aqueles meses de 2021 de triste memória, modificaram muito mais, a nós *pessoaspensantes* pesquisadoras, e modificaram a perspectiva sobre o conhecimento que produzimos: afinal a quem ele serve? Quem conseguimos alcançar com nossas teorias estruturadas sobre conceitos produzidos em espaços tão distintos daqueles que vivemos, convivemos e produzimos?

A máxima de que conhecimento que não se circula não tem motivo e razão de ser produzido pela sociedade brasileira tem estado mais do que sempre nos debates e produções desde então. Carolina de Jesus nos sinalizou de que a fome é boa professora e, a opressão sobre seus variados formatos, “forma” a conformar sonhos. e linguagem que qualquer pessoa entende e interpreta, se ajusta. Os conceitos que se destacaram daquele contato foi de que a Universidade organiza suas rotinas sobre temas e propostas conformáveis ao “sujeito universal” que, durante muito tempo, determinou o que podia ou não ser validado como conhecimento científico.

Neste artigo compartilhamos nossa percepção sobre as táticas utilizadas por pessoas pesquisadoras dos processos educacionais para romper com as repetições e obviedades das temáticas que mantêm aqueles “sujeito universal” como ideal. Elas promovem, por meio de sua atuação, o combate ao epistemicídio, o silenciamento de vozes e a invisibilidade de *peçoaspensantes* no sistema socioeducativo feminino na cidade de Porto Velho

A história de uma favelada (classe), preta (raça) e mulher (gênero) impactou os caminhos das jovens privadas de liberdade e de seus direitos inerentes, incluindo a fruição de bens imateriais como a arte e a literatura oriundas da escolarização.

O aquilombamento, a afetividade e o conhecimento formal organizados a partir da literatura e de uma história que parecia, de certa forma, com suas próprias histórias e ausências produziram um efeito de ampliar a leitura e interpretação sobre os fenômenos que as atravessaram. Levaram-nas por caminhos que terminaram naquele lugar, sim, nossa proposta para um trabalho sistemático e sistematizado com esses/essas reeducandas foi concluído no entendimento de que o conhecimento liberta e a arte modifica percepções.

A leitura do mundo só se completa e amplia com a leitura da escola. Ler liberta a alma e não permite perder a chave desta liberdade em atalhos que possam ameaçá-la.

A ação se constituiu tendo como tática a leitura dirigida das obras, transversalizada pela proposta de literatura contemporânea como pano de fundo para entender a realidade tal e qual ela se apresenta, bem como suas conexões com o passado e possibilidades de mudança no futuro. Foi por meio do acesso ao conhecimento e reflexão sobre a quem o conhecimento alcança e beneficia. Entender o presente com as lentes do passado para reorganizar o futuro.

Os resultados foram empoderamento e visibilidade a produção cultural da periferia como tática para a emancipação dos saberes para além daqueles sacralizados para alcançar todos/todas as estudantes, sobretudo as maiorias minorizadas. Foi através do (re)conhecimento de sua identidade de negros/negras, pobres e periféricos e por meio da produção invisibilizada nas aulas das escolas de ensino médio. Para além da visibilidade composta para aplacar consciências, a intenção foi tornar as obras/autores conhecidos para

O aquilomabamento como táticas de resistência contra o espistemicídio: as pessoaspensantes mulheres poetas dos sistema educativo

utilizar a literatura como pano de fundo para interpretação da realidade. Ou, em outras palavras, em todos os espaços tudo que temos somos nós mesmos. Cuidemos uns dos outros.

## Referências

BENEVIDES, Maria Victoria. *Educação em direitos humanos: de que se trata. Formação de educadores: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, p. 309-318, 2003.

BIXARTE. *Carta de Advertência*. Youtube. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KKXhOIBMij0> Acesso em: 05 nov. 2023.

CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida. *Angola: História, Nação e Literatura (1975-1985)*. Rio de Janeiro. Autografia, 2022.

DAVIS, Ângela. *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução de Marina Vargas. – 2ª edição – Rio de Janeiro: Difel, 2018.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir*. bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos/* organização Flávia Rios - Márcia Lima – 1ª edição – Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

MISSIATTO, Leandro F. *Colonialidade normativa*. 1ª Edição. Curitiba: Appris, 2021.

MOSCOVICI, Serge. MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. In: *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 6ª edição. 2009.

QUIJANO, Aníbal. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, v. 233, 2005.

Recebido em: 26/09/2023.  
Aceito em: 18/12/2023.


**Rosângela Hilário**

Prof. Dra. Rosângela Hilário Doutora em Educação/FEUSP. Professora do Departamento de

Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Líder do Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde

 [rosangela.hilario@unir.br](mailto:rosangela.hilario@unir.br)

 <http://lattes.cnpq.br/8819241283467661>


 <https://orcid.org/0000-0003-0308-8557>

### **Ronald Lopes**

Doutorando em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre e Licenciado em História (UNIRIO). Psicanalista do Coletivo de Pesquisa Ativista Psicanálise, Educação e Cultura. Pós-graduado em Psicanálise e Saúde pelo Serviço de atendimento a Psicanálise em Atenção à Infância e a Família (SEPAI). Pós-graduado em Orientação, Supervisão e Gestão Escolar pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Membro do Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde.


 [ronald.lopes80@gmail.com](mailto:ronald.lopes80@gmail.com)

 <http://lattes.cnpq.br/4038397101084710>

 <https://orcid.org/0000-0002-5302-5215>

### **Vinícius de Souza Santos**

Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Pós-Graduado em Tradução e Interpretação de Libras pelo Instituto Maris e Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Rondônia, Professor Efetivo da Rede Municipal de Ensino de Porto Velho - RO. Professor Bolsista Temporário do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Membro do Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde.

 [igualatodos90@gmail.com](mailto:igualatodos90@gmail.com)

 <http://lattes.cnpq.br/69993631115>

 <https://orcid.org/0000-0002-0645-8595>